

A construção da cultura de paz como uma estratégia de superação da violência no meio escolar: impasses e desafios*

The construction of culture of peace as an strategy to overcome violence in the school environment: issues and challenges

PATRÍCIA KRIEGER GROSSI**
BEATRIZ GERHENSON AGUINSKY***

RESUMO – Este artigo é resultante de uma pesquisa sobre avaliação de experiências voltadas para a construção da paz em oito escolas municipais e estaduais de Porto Alegre. A análise dos dados partiu de entrevistas com professores participantes de uma capacitação em educação em valores através do Projeto VIVE - Vivendo Valores na Educação que busca a construção de uma gestão de práticas de educação inclusiva e pacifista. Os resultados apontam que a violência no meio escolar se expressa de diferentes formas. Iniciativas de prevenção da violência através da educação para paz têm contribuído para a melhoria das relações entre alunos e professores, sinalizando para a importância da intervenção nas estruturas sociais que reproduzem o fenômeno.

Descritores – Violência; cultura de Paz; meio escolar.

ABSTRACT – This article has resulted from an evaluation research of peace building experiences in eight municipal and state schools of Porto Alegre. The data analysis emerged from interviews with teachers who were participants in a value education training through VIVE project – Living Values in Education that seeks the construction of a management based on inclusive and peaceful practices. The results point out that violence within schools is expressed in many ways. Violence prevention initiatives based on peace education have contributed to the improvement of relations between students and teachers, signaling to the importance of the intervention in social structures that reproduce the phenomenon.

Key-words – Violence; peace culture; school environment.

* Simone Barros de Oliveira e Erika Scheeren Soares são Assistentes Sociais, Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS e participaram da pesquisa na qualidade de bolsistas de iniciação científica.

** Professora Dr. do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS, PhD, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI) – FSS/PUCRS. Professora do Curso de Especialização em Educação para Paz, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS. Membro integrante do Grupo de Estudos da Paz (GEPAZ) da PUCRS. *E-mail:* pkgrossi@pucrs.br

*** Professora Dr. do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NUPEDH) da PUCRS. *E-mail:* aguinsky@pucrs.br

Artigo recebido em: março/2006. Aprovado em: maio/2006.

Educação

Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 415 – 433, Maio/Ago. 2006

RETOMANDO O PROCESSO

A pesquisa de avaliação da implementação do Programa Vivendo Valores na Educação (VIVE) em oito escolas do município de Porto Alegre, é fruto de uma caminhada anterior iniciada em 2003 com a Pesquisa “Violência nas Escolas e suas Estratégias de Enfrentamento” que encerrou sua fase piloto em 2004. A realização de pesquisas sobre a temática da violência nas escolas e estratégias de prevenção revela o compromisso da categoria dos assistentes sociais com a consolidação de uma política de garantia de direitos para crianças e adolescentes, sendo a escola o lócus essencial para a sua concretização. Surgiram a partir de uma demanda da 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre e demais representantes ligados às áreas da Justiça, Assistência Social, Educação e Saúde para trazer subsídios teórico-práticos às escolas para a implementação de ações voltadas ao enfrentamento da violência nas suas mais diferentes instâncias. Uma destas ações foi a capacitação de educadores para a implementação do Programa VIVE em suas escolas, um programa de educação em valores, que oferece uma variedade de atividades de valores experienciais e metodologias práticas para capacitarem crianças e jovens a explorar e desenvolver 12 valores-chave pessoais e sociais: cooperação, liberdade, felicidade, honestidade, humildade, amor, paz, respeito, responsabilidade, simplicidade, tolerância e união.

Este artigo busca relatar este processo de implementação do “VIVE”, procurando dar voz aos envolvidos na construção de uma cultura de paz e os desafios para os profissionais frente à violência estrutural e processos de exclusão no ambiente escolar.

EDUCAÇÃO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL

Os desafios de nossa sociedade hoje nos levam ao encontro de diferentes realidades e espaços profissionais como a escola, espaço rico em aprendizado e desafiador na busca de soluções para a prevenção da violência e diminuição da exclusão social. Estes processos atingem atualmente, tanto escolas públicas como escolas privadas, mudando apenas as formas para enfrentar esses desafios, que variam de uma realidade para outra. Novos projetos educacionais em nosso país vêm apontando para a possibilidade de transformações societárias onde, a educação escolarizada se aproxima das necessidades sociais, políticas e ideológicas. A política educacional constitui-se assim, como campo de atuação do Estado que influencia a vida social, a partir do momento em que se universaliza o acesso a ela.

Embora o campo educacional ainda não se constitua uma ampliação do mercado de trabalho para nossa categoria profissional, percebe-se que os Assistentes

Educação

Sociais vêm definindo este espaço como possibilidade viável e estratégica de intervenção, tornando a política de educação como parte de nossa atuação a partir da ampliação do conceito de educação, na perspectiva das mudanças societárias (ALMEIDA, 2000, p. 22). Essas mudanças apontam neste espaço, a necessidade de discutir violência, prevenção, cultura de paz, cidadania, direitos humanos, família, sociedade, política, entre outros. Categorias que fazem parte do cotidiano de nossa ação profissional e que demonstram a limitação da escola em lidar com elas na perspectiva da intervenção. O campo educacional passa a ter um novo significado para assistentes sociais, na perspectiva da conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades. Uma das formas de inserção do assistente social no campo da educação, é através da pesquisa. O profissional do Serviço Social deve utilizar este importante instrumento para desvelar a realidade e analisar sua prática cotidiana. Através da pesquisa podemos identificar as reais necessidades da população usuária. Ela é também instrumento de construção de conhecimento, contribuindo para a superação do senso comum. Faleiros refere que

Não há alternativa de pesquisa se não considerarmos nossa capacidade teórica para pensar a realidade, para construir categorias de análise [...] A pesquisa não se faz sem debate, sem confrontação, como forma de desbloquear o nosso pensamento conservador da realidade. À medida que confrontamos ressurge a possibilidade da crítica (FALEIROS, 1999, p. 175).

O Assistente Social deve assumir a postura investigativa para desvendar as novas e velhas expressões da questão social, que se apresentam de acordo com a realidade onde o profissional está inserido, proporcionando a superação de uma prática mecânica e imediatista. Buscando ir além do que se apresenta como aparente, pois, a utilidade de uma profissão está relacionada com a capacidade que esta tem de compreender a realidade a partir da categoria totalidade que segundo Freire (2001, p. 179) “é uma categoria ontológica que corresponde à natureza de toda realidade social. Ela se expressa na dinâmica das relações dessa realidade, como processo nunca totalizado”.

O Serviço Social, como profissão que intervém no conjunto das relações sociais e das expressões da questão social, tem o compromisso ético-político frente à violação dos direitos humanos que vem ocorrendo no âmbito escolar. Neste sentido fica sublinhado que objetivos éticos na formação só podem ser dimensionados concretamente por ações solidárias voltadas para a educação para a paz e justiça social. Uma solidariedade balizada pelo compromisso com a liberdade responsável e, assim com uma ética coletiva, formativa e inclusiva que nega a fragmentação das pessoas e das comunidades, mas que responsabiliza a todos pelo destino

Educação

coletivamente traçado, porque garante igualdade de participação na construção deste destino.

Neste contexto, os resultados da pesquisa vêm reforçar a necessidade da Cultura de Paz, marco de atuação da UNESCO, indo ao encontro do projeto ético-político da profissão, pois compreende o cultivo de valores essenciais à vida democrática, tais como: participação, igualdade, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, liberdade, tolerância, diálogo, solidariedade, desenvolvimento e justiça social (ABRAMOVAY et alli, 2001).

A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL

A questão da violência tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas. Caracteriza-se pela sua complexidade e amplitude, não sendo uma realidade exclusiva do cotidiano das escolas. Em encontros de nossa categoria profissional, essa temática se apresenta no eixo da transversalidade, o que significa que ela perpassa o cotidiano de nossa vida e de nossa ação profissional. O Assistente Social lida diretamente com a violência no exercício da profissão, seja ela social, econômica, política, cultural. Para Silva (2004, p. 136-137), a violência é construída e operacionalizada no modelo societário em que vivemos, sob condições existentes, influenciadas pelo modo como a sociedade está organizada. Portanto, faz-se necessário “explicá-la a partir de um complexo circuito que se produz e reproduz em uma dada sociedade, a partir de condições específicas com maior ou menor intensidade”. Segundo a mesma autora, “o aprofundamento ou não da violência, é produto da prática social e coletiva dos homens, comporta pela correlação de forças e das lutas sociais coletivamente estabelecidas em determinado momento histórico” (SILVA, 2004, p. 140). O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão interventiva, neste sentido, diante da complexidade da violência, “tem o compromisso ético-político frente à violação dos direitos humanos (GROSSI et alli, 2005, p. 03). A violência no ambiente escolar se expressa de diferentes formas, desde a violência física até formas mais sutis como a violência simbólica, fenômeno que têm preocupado autoridades, professores, diretores, pais e os próprios alunos e a sociedade de modo geral. A violação dos direitos humanos vem acontecendo inclusive no ambiente escolar. Segundo Costa e Gomes (1999, p.159):

A violência possui uma fecundidade própria, ela se engendra a si mesma. É preciso então sempre analisá-la em rede, em entrelaçamento. Suas formas e aparências mais atroz e às vezes mais condenáveis freqüentemente ocultam, entre outras situações de violência menos escandalosas, por encontrarem-se prolonga-

Educação

das no tempo e protegidas, pelas ideologias ou pelas instituições de aparência respeitável.

Percebe-se nesse contexto atual da sociedade, a urgência de uma educação inclusiva voltada para uma cultura de paz na escola, pois esta se constitui um dos principais espaços públicos de inserção do adolescente, tornando-se uma referência de conhecimento e valores nela propagados. Aos educadores cabe o enorme desafio de “rastrear as cenas constitutivas da violência e os efeitos que são presenciados para que sejam identificados os dispositivos de poder inerentes a elas e para que sejam construídas estratégias de superação da violência com ações voltadas para uma cultura de paz” (GROSSI et alli, 2005, p. 25). Mas essa paz da qual falamos, é construída a partir de sua associação com a justiça social, igualdade e solidariedade. Ampliando o olhar reflexivo para fora dos muros escolares, percebe-se a violência de forma mais complexa e invisibilizada nos índices de analfabetismo, fome e miséria da população. Vivemos um período de grandes transformações sociais que interferem diretamente em nosso cotidiano. Nesse contexto, encontramos a violência social, que é formada por um conjunto complexo de fatos e causas. Segundo Guimarães (2003, p. 8):

A conjuntura sócio-econômica contemporânea tem gerado progressivamente, especialmente nos países periféricos, pobreza e exclusão social. Há concentração de riqueza, de poder e de conhecimento nas mãos de uma pequena elite, com a exclusão da grande massa populacional. A pobreza e a exclusão social geram medo e insegurança, favorecendo o aparecimento da violência.

Ao refletir sobre violência no meio escolar, há necessidade de levar em conta também as diferentes configurações e espaços familiares nos quais os alunos estão inseridos, pois:

É neste espaço familiar que as relações são bem demarcadas através da violência doméstica [...]. Os processos sociais de exclusão permeiam o cotidiano das pessoas, com o enfraquecimento de valores éticos, o desemprego, a cultura de levar vantagem em tudo, tendo como resultado a banalização da violência social, reproduzida no espaço familiar, que determina a falta de limites, o desrespeito e o desamor (TÜRCK, 2002, p. 20).

Podemos nos perguntar: A escola também não se configura como espaço de desrespeito e desamor? O aluno e o professor são considerados em sua subjetividade, em sua história de vida, em seu contexto familiar? Segundo Martins (2002,

Educação

p.39), “a deterioração de valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência”. A violência se veicula nos meios de comunicação e entre a própria população, sob diferentes aspectos e expressões. Ouve-se falar da violência referente ao crime, à marginalidade, à miséria, à corrupção do Estado, de lideranças políticas que usam do poder público para negligenciar o povo, entre outras, de forma que ela ganha diferentes faces e olhares de pessoas, grupos e sociedades diferenciadas. Para uns, determinado tipo de comportamento é violento e repreensível, para outros esse mesmo comportamento pode ser entendido como necessário e até legítimo, como é o caso do “corredor polônês, uma brincadeira onde os adolescentes colocam-se em dois grupos, um de cada lado do corredor da escola, e agridem a socos e pontapés, sendo os alunos obrigados a passarem por ele. Também o bullying, definido por Nancy Day (apud ABRAMOVAY E RUAS, 2002, p. 71) como:

o abuso físico ou psicológico contra alguém que não tem capacidade de se defender, contribuem para isso os fatores: atitude negativa pelos pais ou por quem cuida da criança ou adolescente; atitude tolerante ou permissiva quanto ao comportamento agressivo; estilo de paternidade que usa o poder ou a violência para controlar; e uma tendência natural da criança ou do adolescente a ser arrogante.

Estes tipos de violência, bem como outras como a violência física, incivilidades, comportamentos anti-sociais, ações contra o patrimônio público, expressas em falas de alunos, (“eles só sabem correr e se bater, aquelas coisas de espada, de luta”, “dar rasteira, dar tapa, tudo é resolvido assim, é brincadeira para eles”, aqui no pátio da escola, os alunos se agridem muito com objetos, atiram pedras”)¹ naturalizou-se como se fizesse parte da cultura estudantil. A realidade aponta para a necessidade de uma responsabilização coletiva que caminhe em direção a “uma política de garantia de direitos que reverta a lógica da vitimização ou da culpabilização, a partir de uma leitura totalizante do fenômeno da violência” (GROSSI et alli, 2005, p. 15). Muitas escolas ainda trabalham a partir da concepção da educação bancária, não levando em consideração a história de vida dos alunos, seus aspectos culturais, sociais, familiares, entre outros, não proporcionando uma escuta sensível que possa considerar o universo do aluno.

Pesquisas apontam que não basta apenas introduzir disciplinas de educação para paz nas escolas se as atitudes e os relacionamentos na escola não forem alterados. Este ponto é importante, pois diferencia a educação que informa sobre a paz e a educação para paz que almejamos (MILANI e JESUS, 2003). Percebe-se a necessidade de trabalhar aspectos importantes como afetividade, auto-estima, potencialidades do alunado e vínculos entre alunos e professores. Ao se valorizar

Educação

a subjetividade e a capacidade do aluno, maiores são as chances desse responsabilizar-se por um aprendizado de qualidade, o que favorece o sentimento de pertencimento à escola, sentimento que pode levá-lo a ações que visem o cuidado com o patrimônio público.

A violência nas escolas e no entorno social faz vicejar a ótica e a lógica do prazer individualista na negação do outro, ameaçando os princípios reconhecidos internacionalmente pela educação dos quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (DELOURS, 1998). Os profissionais do Serviço Social e áreas afins têm o compromisso ético-político frente à violação dos direitos humanos que vem ocorrendo no âmbito escolar. Neste sentido, entende-se a violência primeiramente contextualizada na estrutura sócio-econômica e cultural da sociedade, caracterizando-se como “violência estrutural”. Como afirma Boulding (1981), a violência estrutural oferece um marco à violência do comportamento, pois se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade. Desta forma, a compreensão da violência estrutural baseia-se na desigualdade social histórica agravada pelo sistema capitalista excludente, que violenta a infância e adolescência ao retirar estruturas e possibilidades adequadas de trabalho e condições de vida dignas às famílias, refletidas na fala do professor “eles [alunos] vivem em casa de papelão”. Enredados em um círculo vicioso de falta de oportunidade e apoio, crianças e adolescentes, muitas vezes, acabam trilhando caminhos pelo tráfico de drogas, constituindo-se em uma das mais preocupantes expressões da questão social no meio escolar: a violência atrelada ao tráfico de drogas, “o mais difícil é salvar o menino do tráfico” (sic).

Outros indicadores que refletem a violência associada a questões estruturais são a falta de acesso a lazer, cultura, habitação, renda, etc, que podem ser visualizadas nos trechos de narrativas a seguir: “são crianças muito reprimidas, não tem um local para se divertir, um lazer, a escola é tudo o que eles tem, então na hora do recreio é aquela loucura” (E1SA); “a violência está no sistema, ... Não tem trabalho, não tem emprego, não tem comida, vivem em sub-condições de vida” (E2P). A compreensão destes fatores reflete a importância de implementação de políticas sociais de garantia de renda mínima, habitação, acesso à cultura e lazer. Experiências desenvolvidas pelas “Escolas Abertas” tem demonstrado que a abertura das escolas aos finais de semana, proporcionando atividades de recreação, esportes e lazer para a comunidade, tem efeitos positivos na redução da violência, aumentando o senso de pertencimento e a responsabilidade pela preservação e conservação do patrimônio escolar, bem como a valorização do aluno e da família (ABRAMOVAY ET ALLI, 2001; ABRAMOVAY E RUAS, 2002).

Educação

Compartilhamos a posição de Rabbani (2003, p.73) de que uma educação para paz passa a ser aquela que permite às pessoas descobrirem as estruturas violentas e as prepara para a ação transformadora. Diante deste contexto, há necessidade de equipes interdisciplinares qualificadas de apoio às escolas. A precarização das relações de trabalho e o pouco investimento do Estado nas políticas de educação acaba se constituindo numa violência estrutural que não permite o acesso a uma educação de qualidade nas escolas públicas, principalmente em certas regiões da cidade. Os fragmentos dos discursos: “o Estado não dá conta”, “a coisa vai indo em roda viva”; “a escola não tem uma infra-estrutura para dar conta de ajudar todos os alunos”; “a escola não está recebendo a monitoria necessária”, refletem a situação do descaso do setor público contribuindo para as dificuldades da escola em solucionar os conflitos ou mediá-los através de um atendimento mais personalizado e humano. Os professores e diretores acabam exercendo múltiplas funções para poder atender a demanda dos alunos, agravada pela falta de recursos humanos, baixos salários e a situação de impotência como fica evidenciado a seguir: “a gente se vê em uma situação de abandono”; “é um trabalho muito solitário”; “a gente faz um pouco o trabalho assistencial”; “sirvo um pouco de quebra-galho”; “a gente não sabe mais o que fazer”; “eles sugam tua energia”.

A família dos alunos é pouco assessorada pelo Estado, e mencionadas pelos educadores como “desestruturadas”, e que muitas vezes, “a família agride, há negligencia”, havendo aluno que “vem obrigado porque a mãe impõe e aqui dentro faz horrores”, não dispondo de uma compreensão da importância da escola pelos alunos. As famílias continuam sendo responsabilizadas pelas expressões de violência manifestadas pelos filhos na escola, isentando a responsabilidade da escola e de estruturas maiores na reprodução do fenômeno. Diante desta realidade apresentada por entrevistados, o programa Vivendo Valores na Educação contribuiu para trazer um maior envolvimento das famílias na escola.

É necessário cada vez mais romper com as barreiras entre escola e família. Culpar a instituição familiar como a grande responsável pela indisciplina e pela violência das crianças na escola não contribui para resolver o problema. Culpá-la é desprezar questões como a obrigatoriedade de os pais trabalharem excessivamente para garantir o mínimo de sobrevivência aos filhos. As famílias, sobretudo as de baixa renda, sofrem inúmeras acusações pelas mazelas sociais (SILVA, 2004, p. 157-161). Mesmo com os novos rumos que a educação vem tomando, com uma política de universalização, embora muitas vezes não efetivada na prática, os pobres acabam sempre culpabilizados por seu despreparo em relação às exigências e formas do processo de acumulação capitalista (FALEIROS, 1997, p. 191). Envolver a família no processo de educação dos filhos é fundamental, devendo esta ser parceira na construção de novas propostas para a educação.

Educação

Evidencia-se a necessidade de um trabalho sistematizado e contínuo de promoção de valores baseado num processo dialógico que leve à conscientização sobre a violência e a ação para a paz, sem que os alunos e professores caiam na armadilha de reproduzir a violência estrutural. Este é um dos maiores desafios para a educação hoje.

PROGRAMA VIVENDO VALORES NA EDUCAÇÃO

O programa VIVE – Vivendo Valores na Educação, é um dos programas da Brahma Kumaris que é uma Organização Não Governamental – ONG, fundada em 1936, e aproximadamente há quinze anos, começou a desenvolver outros projetos referentes a posturas mentais, meditação, qualidade de vida - Como vencer o estresse, Aprendendo a Meditar, Auto-estima, Aprendendo a Administrar o Tempo, “Inteligência Espiritual, entre outros. O “Vivendo Valores na Educação - VIVE”, nasceu do projeto Partilhando Valores para um Mundo Melhor, em comemoração ao cinquentenário da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1995. O Programa VIVE propõe atividades baseadas em princípios éticos e espirituais, para que os valores possam ser vivenciados na instituição educativa, tornando-a um elemento indispensável na reconstrução de uma sociedade melhor (BRAHMA KUMARIS, 2002). Os mentores do programa, no entanto, sabem que implementar valores autênticos numa cultura consumista não é tarefa simples. Deste modo, acreditam que os valores são uma necessidade universal e motivam o comportamento e a atividade humana, considerados também como fonte de energia que mantém a auto-confiança e a objetividade das pessoas (BRAHMA KUMARIS, 2002).

Os professores, através do programa VIVE, percebem que os alunos se mostraram mais confiantes e mais respeitosos uns com os outros, demonstrando melhora em suas habilidades de cooperação no âmbito pessoal e social indo ao encontro de algumas metas propostas pelo programa que são ajudar os indivíduos a pensar e refletir sobre os diferentes valores e suas implicações, inspirar indivíduos a escolher seus próprios valores pessoais, sociais, morais e espirituais, encorajar os educadores e responsáveis a ver a educação como um meio de munir os alunos com uma filosofia de vida (TILLMAN, 2003: IX). Nos encontros de capacitação realizados com os educadores, a metodologia do Programa busca explorar habilidades para criar um ambiente baseado em valores, escuta ativa, solução de conflitos de forma não violenta, criação de regras colaborativas, comportamentos de construção positiva, evitando-se assim o ciclo negativo de inadequação, resistência, incriminação, raiva e retaliação, como também estratégias para lidar com comportamentos perturbadores (TILLMAN e HSU, 2002: XIV).

Educação

O VIVE desenvolve a percepção do enfrentamento das situações de violência a partir do que é inerente ao ser humano, “apesar de ser uma idéia que parece simples, (...) muda muito a forma de você lidar com uma criança (A1)”. E, como afirma uma participante: acho que foi completa [a capacitação], embora tenha sido em um dia só, ele enxugou todas as coisas possíveis e essenciais para serem aplicadas nas nossas escolas (H1). Como exemplo da metodologia, apresenta-se a mediação de conflitos por meio da educação para a paz, que tem se mostrado um importante instrumento para a concretização de uma cultura de paz, emergindo da comunidade internacional como expressividade da idéia do bem, onde se discute a própria questão do sentido da humanidade e da finalidade da educação. Tarefa mundial, exigência indiscutível, componente importante de programas educativos, são alguns atributos referidos à educação para a paz, entendida como central na formação de cidadãos de uma comunidade democrática. A Educação para a Paz vai ao encontro da proposta de construção coletiva de alternativas não-violentas de resolução de conflitos nas escolas (ABRAMOVAY ET ALLI, 2001).

Uma Educação para a Paz e Direitos Humanos pode transformar as relações de violência nas escolas através de ações voltadas para a formação de sujeitos de direitos; "empoderamento" da comunidade escolar e processos de mudança com o rompimento da cultura da violência, do silêncio e da impunidade (CANDAU, 2000). No entanto, deve intrinsecamente estar acompanhada de políticas sociais estruturais que contemplem a demanda da família do aluno. Retira-se assim, a responsabilização total da escola por situações de violência em seu meio, por vezes abarcando uma violência de todo um sistema de uma sociedade global. Pois na visão de Guimarães (2006, p.161), “o discurso da educação para a paz sem positividade e sem afirmatividade, simples ato de defesa ou reação, sem vontade de potência e mero ressentimento, que não leva a sério a questão do poder, é responsável pela violência”. Há de se considerar que a função social do sistema educacional atual, no que diz respeito a valores, é contrária aos valores da paz, na medida em que estimula a competitividade, a dependência, o individualismo, entre outros. Neste sentido, a escola classifica-se como um instrumento de violência a serviço de uma sociedade violenta (JARES, 2002).

Evidencia-se assim, a necessidade de um trabalho sistematizado, organizado, e com continuidade para a comunidade escolar realmente se beneficiar de uma Educação Voltada para a Paz. Porque há dos professores, direção e comunidade uma “expectativa de que a criança seja gentil, amorosa, organizada, limpa, mas ela não aprendeu em casa isso e também não aprendeu na escola”(A1). Desta forma, os educadores são solicitados que “façam um planejamento e sistematizem (A1)” o programa VIVE considerando a realidade do aluno antes de aplicá-lo no cotidiano escolar. Porém, são encontradas dificuldades quando se sobrecarrega o educador com questões no âmbito sócio-estrutural, ressaltando a necessidade de

Educação

profissionais qualificados para assessoramento e acompanhamento da comunidade escolar como um todo: família, comunidade, escola e alunos.

Johan Galtung (1996), um dos grandes educadores para paz, refere que a violência estrutural está presente e interfere no trabalho do educador através de uma divisão de trabalho muito vertical que se expressa por uma comunicação unidirecional, fragmentação dos receptores da comunicação, o que impede o desenvolvimento de uma interação horizontal, um dos pressupostos para uma educação para paz.

Todo este contexto, pode levar os profissionais da educação a uma tensão emocional extrema, podendo apresentar sintomas como ansiedade, palpitação, nervosismo, depressão, insônia, típicos da síndrome do Burnout caracterizada pelo desinvestimento afetivo e perda “do sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não importam mais e qualquer esforço lhe parece inútil” (CODO E VASQUEZ-MENEZES, 1999, p. 237-238) As atuais condições de vida, de formação e de trabalho da maioria dos educadores brasileiros se constituem em fator inequívoco da vulnerabilidade docente, precisando ser urgentemente transformadas para a efetividade de uma educação de qualidade. A realidade das escolas evidencia a necessidade de um acompanhamento com projetos e programas com atividades de vivência de valores e de suporte social para as famílias e para os professores, de modo que tornem mais efetivos os trabalhos com os alunos.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Muitas ações foram eficazes através da implementação do Vivendo Valores nas Escolas, trabalhados na organização “mensal” sugerida pelo Programa, por apoio e articulação dos setores da escola, como bem expressa essa fala; “o que vejo é que houve um interesse muito grande dos professores, eles estão se posicionando e fazendo trabalhos, teatrinho, reuniões, eles preparam alguma coisa”. Um aluno comenta: “Criamos brinquedos com material reciclado, para que no recreio as crianças não fiquem só brigando e sim brincando, para elas não se chatarem e, nos explicaram como elas devem brincar com cada brinquedo (G4)”. As experiências salientam a importância da criação de um “ambiente familiar” na escola, uma interação afetiva entre as diferentes idades acerca dos valores.

É necessária uma identificação da proposta do educador para com os valores e a incorporação destes na relação de ensino-aprendizagem, na interação cotidiana com os alunos “ter carinho pelo teu aluno também (C1)” para poder haver uma troca de experiências positivas relacionais que darão a base de sustentação afetiva na escola para o aluno em formação. Foram visíveis diferentes e criativas formas

Educação

de se criarem estratégias de prevenção da violência no meio escolar por meio dos materiais disponibilizados pelo Vivendo Valores na Educação em cada escola. Um membro do Conselho da Escola relata a importância da articulação interna-externa, de maneira organizada e criativa como bingos, construção de brinquedos, gincanas, feira cultural, projeto Um Jovem Poeta na Escola, cartinha de valores, festas, concursos de fantasias recicladas, escolha de brotos e rainhas de escolas, jogos e campeonatos esportivos, reunião de professores, articulando dinâmicas semanais, inclusão de programas de meditação nas escolas e músicas instrumentais calmas, além de trabalho com valores nos recreios.

As atividades propostas diferenciadas através de desenho, argila, pintura eram correlacionadas com o valor paz nesses intervalos. Com os alunos mais velhos, surgiu “um trabalho de criação, uma oficina de criação literária (A1)”. Foi realizado também o projeto da Biblioteca Escolar, onde eles, “duas vezes por semana, o lêem e fazem a organização da biblioteca(B1). Outras atividades como a Semana da Juventude, o projeto intitulado de “o significado do amor” na semana dos namorados, e o projeto “te liga gravidez tem hora”, são retornos extremamente positivos como relata um dos entrevistados; “isso deu efeito muito interessante nas crianças...”. Afirmam ainda que “quando a escola tem esse amor e percebe o amor desse trabalho, ela vai criando um ninho de possibilidades” (A1) para um trabalho qualificado com as crianças e jovens acerca da difusão de valores positivos para a construção de uma cultura da paz como pode ser evidenciado na fala do membro da comunidade escolar “Aqui na escola trabalhamos bastante a construção de valores da cultura da paz, da não violência e tá dando certo, temos o segmento dos alunos, dos pais, professores, funcionários... se nós desenvolvermos projetos e colocamos em prática dá certo (G6).

A capacidade criativa dos alunos, muitas vezes pouco incentivada dentro das escolas e a formação para a cidadania de todos os envolvidos foi concretizada em uma escola através da construção coletiva das normas de convivência, onde houve o envolvimento de todos os segmentos da escola (B1). Prioriza-se, assim, a autonomia e o exercício de democracia dentro da escola, tão importante para o reconhecimento e pertencimento dos alunos e demais integrantes como parte da escola. “O Jovem exercendo a Cidadania” é um exemplo de valorização do protagonismo infanto-juvenil no qual foi simulado uma votação com os alunos objetivando desenvolver sentimentos e valores, despertar para a importância do voto e do exercício da cidadania (B1), acolhendo e envolvendo a família do alunado no cotidiano escolar, pois esta, em geral somente é chamada quando o aluno apresenta problemas disciplinares.

As repercussões do programa podem ser vistas nas narrativas dos participantes da pesquisa, “O que vimos é que houve uma melhora significativa dos alunos,

Educação

diminuiu a violência”, já que os maiores problemas eram mesmo com relação aos apelidos (H1), e estes foram trabalhados nesses espaços dialógicos, em diferentes disciplinas do currículo. Por exemplo, um menino era chamado de “baleia, porco, saco de banha” e foi trabalhado o valor respeito em sala de aula, diminuindo sensivelmente as agressões verbais através da possibilidade de ouvir o outro e o sofrimento causado pela violência emocional que era percebida apenas como uma forma de “arreganho”, “deboche” pelos colegas intimidadores.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a escola não é apenas reprodutora dos valores dominantes de exclusão, individualismo e competitividade, mas também pode ser um lócus de conflitos e resistências através da difusão de valores que contribuem para uma cultura de paz. Trabalhar a cultura da paz nas escolas não implica que os conflitos deixarão de existir porque eles fazem parte das relações humanas, mas podemos resolvê-los de forma não-violenta.

Uma das formas de empoderamento resultante do trabalho voltado para uma construção da cultura de paz pode ser demonstrado através do fortalecimento da identidade e autonomia do sujeito social, pois muitos “não sabem muitas vezes o seu próprio nome, o nome da professora, o nome do pai. Não sabem, assim, bem nomear as coisas, que é uma questão de identidade (F2). Trabalhado também com os alunos as questões de quem sou eu? Onde que eu estou? O que eu faço? Onde é o meu lugar na família, na escola..., o aluno passou a se sentir mais valorizado e sujeito de sua própria história. O protagonismo juvenil pôde ser exercitado através da criação de raps sobre o seu cotidiano nas periferias de maior vulnerabilidade social e econômica. Uma das alunas relatou que o trabalho da escola fez com que ela deixasse de ser tão “brigona” e costuma apresentar seu depoimento em seminários internos e externos da escola. Este trabalho de fortalecimento da identidade iniciou-se no próprio Jardim de Infância “Eu e o Meu Mundo de Identidade”, estendendo-se até as séries mais avançadas. Comentando a “carência” das famílias, os educadores fazem menção às expressões da questão social quando revelam as necessidades sociais e econômicas dos alunos.

Como intervenção na comunidade escolar, um dos membros do Conselho de Pais realiza as atividades que deveriam ser prerrogativas necessárias da Equipe Interdisciplinar, através de visitas domiciliares para verificar a situação de ausência de alunos na escola, ressaltando que “quase 100% dos problemas estão na família”. Neste sentido, se torna imprescindível um Programa organizado para atendimento à família do aluno, articulado com a comunidade com a participação do Conselho de Pais. Uma equipe qualificada tem conhecimentos para elaborar projetos específicos para cada comunidade escolar, que atendam com eficiência a demanda local, articulando os órgãos da rede de atendimento necessários, a partir de cada especificidade profissional.

Educação

A pesquisa revela que são urgentes e necessários trabalhos e programas voltados para a autonomia e emancipação das famílias, ligados a uma rede de atendimento com a Política de Assistência Social nas comunidades: “Tem que haver um trabalho centralizado na comunidade. Saúde: precisa psicólogo, Assistente Social”... Foi salientado que “os projetos não deveriam vir de fora, deveriam ser coisas criadas pela própria comunidade”(A1). Esta fala vai ao encontro dos pressupostos de uma educação para paz que implica

tomar partido por valores que possibilitem a mudança pessoal e social. Desse modo, questiona o próprio ato educativo (como meio de controle e de avaliação) impedindo todo aquele que não seja um processo ativo-criativo em que os membros da comunidade educativa, principalmente, os alunos sejam agentes vivos de transformação (TUVILLA RAYO, 2004, p. 104-105).

A educação para paz pressupõe também luta contra toda a violência direta e estrutural e atenção ao currículo explícito e ao currículo oculto da violência (GUIMARÃES, 2003; 2005). Neste contexto, trabalhar os valores se torna imprescindível, para que as pessoas possam se tornar conscientes das forças opressivas e lutar para a transformação social. O Programa VIVE contribuiu para a promoção de atividades voltadas para o resgate de valores mesmo diante dos limites estruturais e institucionais.

Sugere-se oportunizar um espaço para a socialização de algumas atividades que as escolas conseguiram realizar, objetivando uma nova sensibilização, e ainda novas estratégias conjuntas entre as escolas para darem continuidade e/ou para sistematizarem o Programa de valores visando à construção de ações de prevenção da violência no meio escolar, atentando para a necessidade de inclusão da educação para paz e direitos humanos nos programas curriculares, pois estes constituem-se como o marco conceitual do estudo dos diversos princípios e fundamentos teóricos e legais dos problemas mundiais. A valorização do contexto social onde moram, oferecendo oportunidades sociais de lazer, esportes, teatros, e demais atividades que promovam a auto-estima e autonomia dos alunos, bem como uma rede de apoio social articulada as políticas sociais à família vão ao encontro de uma educação voltada para a paz.

Na perspectiva do enfrentamento e prevenção da violência, pode-se agregar valores como os da cultura de paz, que para Milani (2003, p. 31) “significa e pressupõe trabalhar de forma integrada em prol das grandes mudanças ansiadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdades entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias”, entre outras. Para isto, precisamos articular ações no nível micro e macro, pois estas ações não dependem somente do Governo ou de mudança de posturas individuais.

Educação

Neste sentido, compartilhamos a posição de Guimarães (2003), que sustenta ser necessário abolir preconceitos, fortalecer a capacidade de mudança e empoderar jovens e crianças na educação para a paz, pois as pessoas têm poderes diferenciados e, é preciso incentivá-las a lidar com os poderes. É preciso criticar o currículo oculto, superando a cultura que reproduz a violência, e criticar a violência de forma histórica, discutindo além dos congressos, nos pequenos grupos por onde circulamos, criando referências não violentas pessoais e comunitárias. Para criar a escola da paz, o primeiro passo é criar comunidade, criar relação, começar a ligar a paz com a idéia de uma sociedade democrática e inclusiva. Este autor defende a idéia de que a paz se aprende, a paz não é um estado, mas uma construção, e essa construção se faz quando se empodera as pessoas para a não-violência, num processo dialógico-conflitivo de ressignificação das práticas educativas tanto da escola, como da sociedade de um modo geral. Para Milani (2003, p. 32), “construir uma cultura de paz é promover transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais”. Nesse processo, alunos, educadores e a sociedade em geral vão dialogando na perspectiva da superação de preconceitos e discriminações sociais, raciais, familiares, econômicas, entre outras., desenvolvendo potencialidades numa relação de reciprocidade, que leve ao encontro de respostas para uma vida mais digna.

A educação para a paz envolve aspectos relacionados à democracia, que na concepção de Tuvilla Rayo (2004) é requisito necessário para o exercício dos direitos humanos, para o pleno desenvolvimento da justiça social, do desenvolvimento e prevenção contra qualquer tipo de abuso. Tudo isso, através de um processo dinâmico que necessita de participação, de atitude positiva para com todos os seres, tomada de consciência da realidade e denúncia das injustiças.

Outros aspectos significativos da educação voltada para uma cultura de paz, na perspectiva do enfrentamento da Questão Social e da exclusão, é a busca da inclusão social através do respeito às diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais inerentes a uma realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola. É necessário à escola trabalhar no sentido de uma cidadania que reconheça a singularidade dos seres humanos. A inclusão possibilita a ressignificação da identidade do aluno, atendendo aos apelos desse momento contemporâneo que clama por uma educação que vá além da reprodução do conhecimento do professor para o alunado. Histórias de crianças e adolescentes em situação de pobreza com frequência se repetem no ambiente escolar, principalmente no que diz respeito ao fracasso nos estudos, e a escola cria poucos mecanismos de enfrentamento a esse fracasso, quando desperta nos alunos pouca expectativa quanto ao aproveitamento do ensino. Essa realidade nos faz concluir que o que se vê na escola nada mais é do que o reflexo da sociedade em que vivemos (MITTLER, 2003, p 21). Crianças de origem negra, de baixo poder aquisitivo, de famílias separadas, estão

Educação

muito mais propensas a serem excluídas das escolas e principalmente de uma educação de qualidade. Vale ressaltar que transformar essa realidade extrapola os muros e a competência da instituição escolar, pois essa realidade é produzida por fenômenos sociais muito amplos e a instituição educativa é reflexo da sociedade em que vivemos, com seus problemas e suas belezas (SILVA, 2004, p. 155).

A inclusão social a que nos referimos significa desenvolver processo que assegure que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades oferecidas pela escola em que estudam. Conforme Mitler (2003, p 26), “No contexto da educação, a reestruturação das escolas baseada em diretrizes inclusivas é reflexo de um modelo de sociedade em ação”. Essa inclusão requer que todo o corpo educacional tenha direito à preparação apropriada no decorrer de seu exercício profissional, porque a inclusão requer mudanças na forma de pensar e agir, nos valores para os profissionais da educação e para a sociedade em geral, que por sua vez está repleta de desigualdades, que se refletem diariamente no sistema educacional, culminando nos altos índices de repetência e evasão escolar. Quanto a violência, cabe à escola, criar oportunidades para que alunos, corpo diretivo, comunidade escolar a problematizem e encontrem soluções para a diminuição e a prevenção, pois como diz Minayo (1994, p.7), “é hoje praticamente unânime (...) a idéia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um fenômeno histórico-social, construído em sociedade”, e portanto, pode ser desconstruído. Assim como a violência é aprendida, pode ser desaprendida, através do desenvolvimento de uma cultura de paz que inclui modos de vida, padrões de crença e comportamentos, bem como arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e bem-estar (MILANI, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização da pesquisa, verificou-se que o enfrentamento da violência no meio escolar é possível e programas como o VIVE são necessários, pois reforçam o compromisso da escola em incorporar a cultura da paz dentro do projeto pedagógico, valorizando o aluno, a comunidade escolar e as iniciativas do corpo docente nesta perspectiva de estímulo ao protagonismo infanto-juvenil e inclusão social. Se evidenciam necessárias ações diretas de Educação para a Paz em nível governamental, não apenas estudos ou atividades isoladas em cada escola, havendo uma intersetorialidade entre as políticas sociais para dar conta desta demanda ampla e em expansão.

Evidenciou-se que os alunos e professores podem ser parceiros no processo de prevenção da violência e promoção de uma cultura de paz nas escolas, como os maiores (mais velhos) ajudando os menores (mais novos) em atividades recreati-

Educação

vas, jogos, dinâmicas; atividades de integração entre-turmas, inter-séries, resultando em um ambiente de convívio amigável na escola.

Esperamos que este estudo motive a criação de espaços na sociedade para estas discussões, que contemplem a democracia, e a justiça social e enfatizem a necessidade do resgate de alguns valores básicos na direção da garantia dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes. A educação para paz e os direitos humanos devem ser integrados no currículo escolar, sendo que os conteúdos devem ser transversais, garantindo a incorporação de conhecimentos relacionados a vivências do cotidiano dos alunos, para a construção de agentes sociais críticos e transformadores.

A escola precisa redefinir seus conceitos de participação, não bastando comunicar as decisões tomadas, mas compartilhá-las de forma democrática, numa perspectiva dialógica, utilizando-se de espaços como conselhos de pais e mestres, conselhos escolares, reunião para entrega de boletins e avaliação do semestre (AMARO, 1997, p. 48).

Muitas contribuições do Programa VIVE para uma cultura de paz são percebidas através dos relatos, no entanto, a sistematização e organização necessária do mesmo em algumas escolas são necessárias para sua maior efetividade. Uma intervenção coletiva qualificaria o trabalho com os alunos e a comunidade escolar, favorecendo maior consciência do coletivo, fator necessário para uma formação mais cidadã.

Nesta perspectiva, o Serviço Social enquanto profissão interventiva, de natureza interdisciplinar, tem muito a contribuir, pois esta profissão caracteriza-se por ser uma ação educativa e política, movida pela esperança. Finalizando este artigo, compartilhamos da idéia de Giroux (2003, p. 53) de que

a política não é apenas feita no terreno da imaginação e do desejo, mas também se baseia nas relações de poder mediadas através do resultado de lutas dedicadas à criação de condições de possibilidades para que as pessoas tornem-se agentes políticos criticamente engajados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Mírian et alli. *Escolas de Paz*. Brasília: UNESCO, Gov. do Estado do Rio de Janeiro/ Secr. de Estado de Educação, e Univ. do Rio de Janeiro, 2001.

Educação

Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 415 – 433, Maio/Ago. 2006

ABRAMOVAY, Miriam; RUAS, Maria da Graça. *Violências nas Escolas*. UNESCO / Ministério da Saúde / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos / CNPq / Instituto Ayrton Senna / UNAIDS / Banco Mundial / USAID / Fundação FORD / CONSED/UNDIME. Brasília, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação. Mato Grosso: *Revista Inscrita*, 2000, p. 19-24.

AMARO, Sarita Alves. *Serviço Social na escola: O encontro da realidade com a educação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatos Editores, 1997.

BRAHMA KUMARIS - VIVENDO VALORES NA ESCOLA. *Manual para Professores*. São Paulo: Brahma Kumaris, 1996.

BRAHMA KUMARIS - VIVENDO VALORES NA ESCOLA. *Manual do Orientador*. São Paulo: Brahma Kumaris, 2002.

BOULDING, Elise. Lãs Mujeres y la violencia. In: *La Violencia y suas causas*. Editorial UNESCO, Paris França, 1981, p.265-279.

CANAU, Vera. CANAU, Vera Maria. *Por uma Cultura da Paz*. Nueva America, Rio de Janeiro, n.86, 2000.

CODO, W; VASQUEZ - MENEZES, I. O que é burnout? IN CODO, W. (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis/Brasília, Vozes/ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

COSTA, Eloísa de Campos, GOMES, Carlos Minayo. Superar a cultura da violência: um desafio para a escola. In: TEVES, N.; RANGEL, M. (orgs). *Representação Social e Educação*. São Paulo: Papyrus Editora, 1999, p.159-176.

DELOURS, Jacques et alii. *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. MEC. São Paulo: Cortez, 1998.

FALEIROS, Vicente P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 2001.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means*. Peace and conflict development and civilization. London: SAGE. OSLO, International Peace Research Institute, 1996.

GIROUX, Henry A. Pedagogia Crítica: Esperança sem Ilusões. *Pátio*. Revista Pedagógica. POA: Artmed, ano VII nº25 fevereiro/abril 2003, p.52-55.

GROSSI, Patricia Krieger et alii. Violência no Meio Escolar: a Inclusão Social através da educação para paz, *Textos & Contextos*, 2005.

GROSSI, Patricia Krieger. Projeto Violência nas escolas e suas estratégias de enfrentamento. *Relatório 2004/1*. Porto Alegre/PUCRS.

GUIMARÃES, Marcelo R. *Manual dos Educadores para Paz*. Porto Alegre: mimeo, 2003.

_____. *Educação para a Paz sentidos e dilemas*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.

Educação

- JARES, Xesus R. *Educação para Paz: sua Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MILANI, Feizi. Cultura de Paz x Violências: papel e desafios da escola. In: MILANI, Feizi. Masrouf e JESUS, Rita de Cássia Dias (orgs.). *Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003, p.31-62..
- MINAYO, Maria Cecília S. A Violência social sob a perspectiva da saúde pública. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 10 (supl.1), 07-18, 1994.
- MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- NASCIMENTO, Elimar P. *Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão*. Rio de Janeiro: Fase, 1995, Proposta 65.
- ORTEGA, Rosário e DEL REY, Rosário. *Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência*. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.
- SILVA, Pedro N. *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- TÜRCK, Maria da Graça M. G. *Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais*. Porto Alegre: AMENCAR, 2002.
- TUVILLA RAYO, J. *Educação em Direitos Humanos: rumo a uma perspectiva Global*. São Paulo, Artmed, 1998.
- SMITH, P. K. Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. In: DEBARBEUX, E. BLAYA, C. (Orgs). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- TILLMAN, D.; HSU, D. *Atividades com Valores para Crianças de 3 a 6 anos*. Programa Vivendo Valores na Educação. Edição Carol Gill. São Paulo: Brahma Kumaris, 2002.
- TILLMAN, D. *Atividades com Valores para Estudantes de 7 a 14 anos*. Programa Vivendo Valores na Educação. Tradução Sandra Costa. São Paulo: Editora Confluência, 2001.
- _____. *Atividades com Valores para Jovens*. Programa Vivendo Valores na Educação. Tradução Débora Pita. São Paulo: Editora Confluência, 2003.

¹ Falas retiradas do Relatório da Pesquisa intitulada de Violência nas escolas e suas estratégias de Enfrentamento, realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência – NEPEVI – Faculdade de Serviço Social da PUCRS, entre abril a dezembro de 2003.